SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO I
BASES DA TEORIA DA CONSTITUIÇÃO 3

1. Direito Constitucional e Teoria da Constituição 3
2. Antecedentes da Constituição 14
3. Constitucionalismo 16
4. A Evolução no Âmbito da Abrangência da Constituição 22
5. O Neoconstitucionalismo 25

CAPÍTULO II
CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS 29

1. Antecedentes da Primeira Constituição 29
2. Constituição de 1824 e as Constituintes 32
3. Constituição de 1891 34
4. Constituição de 1934 e a Revolução de 30 37
5. Constituição de 1937 e o Estado Nõvo 42
6. Constituição de 1946 e a Redemocratização 45
7. Regime dos Atos Institucionais 47
8. Constituição de 1967-1969 48
10. Constituição de 1988 50
   10.1. A Constituinte de 1987-1988 50
   10.2. Constituição de 1988 56

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO III
CONSTITUIÇÃO 59
1. Conceito 59
2. Elementos da Constituição 64
3. Classificação das Constituições 65
4. Poder Constituinte 67
5. Mutação Constitucional 72
6. Poder Reformador 74

CAPÍTULO IV
NORMAS CONSTITUCIONAIS NO TEMPO E NO ESPAÇO 89
1. Validade, Eficácia e Efetividade 89
2. Normas Constitucionais quanto à Finalidade 91
2.1. Normas constitucionais de organização 91
2.2. Normas constitucionais de declaração de direitos 91
2.3. Normas constitucionais programáticas 92
3. Aplicabilidade das Normas Constitucionais quanto à Eficácia 94
4. Norma Interna e Norma Internacional 97
5. Aplicabilidade no Tempo – Direito Intertemporal 105
5.1. Constituição e o Direito anterior 105
5.2. Constituição e repristinação 108
6. Preâmbulo 112
7. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias 115

CAPÍTULO V
INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL 117
1. Considerações sobre a Hermenêutica 117
2. A Interpretação quanto ao Intérprete 122
3. Interpretação quanto à Finalidade 128
4. Métodos de Interpretação 128
4.1. Método hermenêutico clássico 128

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.2. Métodos modernos de interpretação 129
4.2.1. Método tópico ou tópico-problemático 129
4.2.2. Método da hermenêutica-concretizadora 130
4.2.3. Método científico-espiritual 131
4.2.4. Metódica Jurídica normativo-estruturante 131
4.2.5. Interpretação comparativa 131
5. Interpretação conforme a Constituição 132
6. Princípios e Regras de Interpretação 136

CAPÍTULO VI
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS 151
1. Norma Constitucional: Regra e Princípio 151
2. Princípios Constitucionais 155
2.1. Princípios de Direito Constitucional 155
2.2. Princípios político-constitucionais 155
2.3. Princípios jurídicos constitucionais: princípios gerais e princípios especiais 157
2.3.1. Princípios gerais 157
2.3.2. Princípios específicos ou princípios setoriais 161
2.3.2.1. Princípios Constitucionais de Direito Civil 162
2.3.2.2. Princípios Constitucionais de Direito Processual 163
2.3.2.3. Princípios Constitucionais de Direito Penal 168
2.3.2.4. Princípios Constitucionais de Direito do Trabalho 169
2.3.2.5. Princípios Constitucionais de Direito Tributário 171
2.3.2.6. Princípios Constitucionais de Direito Comercial 175
2.3.2.7. Princípios Constitucionais de Direito Previdenciário 176
2.3.2.8. Princípios Constitucionais da Administração Pública 176
2.3.2.9. Princípios da Ordem Econômica 183
2.3.2.10. Princípios da Ordem Social 184

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CAPÍTULO VII
CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE 187
1. Supremacia Constitucional e Rigidez 187
2. Controle da Constitucionalidade 188
2.1. Origem do Controle Judiciário da Constitucionalidade 188
2.2. Tipos de Inconstitucionalidade 191
3. Controle Preventivo (Controle Prévio) e Controle Repressivo 194
4. Controle Concentrado e Controle Difuso 196
5. Quanto ao Modo do Controle 201
6. Justiça Constitucional e Tribunais Constitucionais 204
7. Participação Direta do Cidadão no Controle da Constitucionalidade 222

CAPÍTULO VIII
CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE EM JUÍZO 225
1. Controle da Constitucionalidade em Juízo 225
2. Arguição de Inconstitucionalidade por Via Indireta 228
3. Ação Direta de Inconstitucionalidade 230
4. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva 241
5. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão 244
6. Ação Declaratória de Constitucionalidade 248
7. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 252
8. Reclamação Constitucional 262
9. Recursos Extraordinários 273
10. *Amicus Curiae* 279

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 289

ÍNDICE REMISSIVO 309

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br